

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DA RDS PUCURUÍ ARARÃO
DIA 28 DE JUNHO DE 2016**

1 No dia 28 de junho de 2016 às 10:00 horas, no Auditório do Instituto Federal do Pará, no município de
2 Tucuruí, inicia-se a **2ª Reunião Ordinária do Conselho da RDS PUCURUÍ ARARÃO** com a participação dos
3 representantes dos **Conselho da Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí, Conselho da RDS**
4 **Alcobaça e Conselho da RDS Pucuruí-Ararão**. Representando o **CONSELHO DA RDS PUCURUÍ-ARARÃO**:
5 Sra. Mariana Bogéa de Souza (Ideflor-bio), Sr. André Luis Fonseca Fontana (PMT), Sr. Oneildo Monteiro
6 (Colônia de Pescadores de Tucuruí,) Sra. Gleiciane Felix dos Santos (APELT).A reunião conta com a
7 presença de representantes do **CONSELHO DA APA LAGO DE TUCURUÍ**: Sra. Mariana Bogéa de Souza
8 (Ideflor-bio), Sr. Guilherme Souza V. Andrade (Prefeitura do Breu Branco), Sr. Oneildo Monteiro (Colônia de
9 Pescadores de Tucuruí), Sra. Waldecy Barroso dos Santos e Sra. Ana Lúcia Vasconcelos Oliveira (RDS
10 Alcobaça), Sra. Gleiciane Felix dos Santos (APELT), Sr. Antonio F. Nunes (CECOAT), Sr. Gilberto Santos Vaz
11 (FAEPA), Sr. José Rubens Monteiro Lima (AMVILA), Sr. André Luis Fonseca Fontana e (PMT), Sra. Fábila
12 Gabriela P. Carrara e Sra. Arita P. de Almeida (PMNR), Sr. Tacachi Hatanaka (ELN), Sr. Breno dos Reis Santos
13 e Sr. Gilberto Leite do Nascimento (PMNI), Sra. Andrelina Santos da Silva (RDS Pucuruí Ararão), Sr. Orivan
14 Paes de Leão (SIMPAATUR), Sr. Jailson Marques Pereira e Sr. Jonas Souza Coelho (PMG), Sr. Luiz Pereira dos
15 Santos (Colônia de Jacundá), Sr. Cledemilton Araújo (PMJ), e com representantes do **CONSELHO DA RDS**
16 **ALCOBAÇA**: Sra. Mariana Bogéa de Souza (Ideflor-bio), Sr. André Luis Fonseca Fontana (PMT), Sra. Waldecy
17 Barroso dos Santos (Comunidade Água Fria), Sra. Ana Lúcia Vasconcelos Oliveira (Comunidade Acapú II), Sr.
18 Oneildo Monteiro (Colônia de Pescadores de Tucuruí) e como convidados e/ou ouvintes a Sr. Gustavo
19 Ribeiro Fragoso, Sra. Jossandra Pinheiro (GRTUC/Ideflor-bio) e Sr. Jerônimo Carvalho Martins
20 (GRTUC/Ideflor-bio), Sr. Alex Ruffeil, Sra. Célia Odete Nascimento, Sra. Ana Patricia Palheta, Sr. Adelio Bruno
21 B. Barbosa (SEMAS), Sra. Rosa Maria de Melo dos Prazeres, Sr. Antonio Nandiel da T. Pinto, Sr. Ademar
22 Ribeiro de Souza, Sr. Jorge M. da Paixão Barbosa, Sr. Paulo Jorge Silva Dias (APOVO), Sr. Elison M. da Costa
23 (SEMASA Breu Branco), Sra. Maria Nazaré Correia da Silva (Comunidade São Benedito), Sr. Arnaldo
24 Rodrigues da Cruz (Sindicato). A presidente do conselho saúda a todos os presentes e dá início a reunião
25 ressaltando que essa reunião conta com a presença dos conselheiros do Mosaico Lago de Tucuruí, tendo
26 em vista que a pauta é de interesse comum a todos e dando prosseguimento apresenta a pauta da reunião:
27 1 – Processo de Renovação da Licença de Operação da UHE Tucuruí, 2 – O que ocorrer. A presidente
28 apresenta a equipe técnica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMAS, responsável pela revisão
29 do processo de Licenciamento da UHE Tucuruí e ressaltando que se trata de uma reunião de conselho e
30 que para tal deverá ser seguido o regimento interno, assim sendo a palavra será franqueada aos
31 conselheiros e na sequência aos convidados. Sra. Célia Odete Nascimento (SEMAS), ressalta a importância

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

32 da participação de todos no sentido de subsidiar a equipe técnica com informações, lembra que esse
33 processo é antigo e que sofreu várias alterações. A Sra. Ana Patrícia Palheta (SEMAS) esclarece que a
34 mudança de equipe ocorreu em função de uma divisão da gerência (Transporte e Elétrica), a presidente
35 segue a reunião apresentando uma sequência de imagens de satélite que mostram a formação do
36 reservatório anos de 1984, 1994, 2004, 2014, as imagens evidenciam o elevado índice de desmatamento
37 que a área vem sofrendo ao longo dos anos, e destaca a importância da participação do Estado, dos
38 municípios e do empreendedor no sentido de garantir que cada ente assuma a sua responsabilidade no que
39 se refere à gestão e ao monitoramento, ressaltando que pela legislação vigente as responsabilidades
40 devem ser compartilhadas. Em um breve resgate do histórico do processo de licenciamento da UHE
41 Tucuruí, a presidente destaca que a ELN apresentou como proposta de mitigação dos impactos em 1997 o
42 Plano de Controle Ambiental – PCA, composto por 10 programas (1 - Programa Indígena Parakanã, 2 -
43 Zoneamento Ecológico Econômico, 3 - Exploração de Madeira Submersa, 4 - Fiscalização e controle dos
44 recursos naturais, 5 - Monitoramento Liminológico da qualidade da água/ macrófitas aquáticas, 6 -
45 Implantação de Unidades de Conservação, 7 - Abastecimento de Água a Jusante, 8 - Recuperação de áreas
46 degradadas, 9 - Controle de estoque pesqueiro e 10 - Ações ambientais para o reservatório em níveis
47 atípicos). Esse PCA sofreu alterações no ano de 1999, passando de 10 para 14 programas, no período da
48 renovação das Licenças de Operação e Instalação da UHE Tucuruí, paralelamente ao processo de renovação
49 das licenças, a Eletronorte solicita autorização para elevação da cota do reservatório de 72 para 74 metros
50 e para tal a empresa apresenta o Plano de Controle Ambiental, composto por 14 programas: 1- Programa
51 de Pesca e Ictiofauna; 2 - Programa de Liminologia e Qualidade da Água; 3 - Programa de Mitigação dos
52 Efeitos do Deplecionamento do Reservatório; 4 - Programa de Zoneamento Ecológico Econômico; 5 -
53 Programa de Ordenamento do Uso e Ocupação das Ilhas; 6 - Programa de Recuperação de Áreas
54 Degradadas; 7 - Programa de Revitalização do Banco do Germoplasma; 8 - Programa de Unidades de
55 Conservação; 9 - Programa de Fiscalização dos Recursos Naturais; 10 - Programa de Exploração de Madeira
56 Submersa; 11 - Programa de Saúde; 12 - Programa Indígena Parakanã; 13 - Programa de Educação
57 Ambiental; 14 - Programa de Comunicação; Tais programas deveriam servir para mitigar os impactos
58 ocasionados pela implantação da UHE Tucuruí, convém ressaltar que dentre estes impactos destacam-se os
59 ocasionados à pesca, tal reconhecimento é feito inclusive por parte da própria ELN, que traz no
60 **PROGRAMA DE PESCA E ICTIOFAUNA**, propostas de compensação e/ou mitigação, entretanto antes de
61 apresentar tais propostas, a presidente solicita que a Sra. Jossandra Pinheiro (IDEFLOR-Bio), técnica
62 responsável pela elaboração do **Diagnóstico das Condições de Funcionamento dos Portos de Desembarque**
63 **Pesqueiro do Lago de Tucuruí**, apresente o resultado do referido diagnóstico. Sra. Célia Odete Nascimento
64 (SEMAS), se manifesta dizendo que alguns dos programas foram pontuais, enquanto que outros programas
65 perduram durante um tempo maior. Estes programas podem sofrer alterações de acordo com a dinâmica
66 do processo. A palavra é repassada a Sra. Jossandra Pinheiro (Ideflor-Bio), que durante a sua apresentação

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

67 fez um breve histórico sobre o *Plano de Ordenamento Pesqueiro e Aquícola do Lago de Tucuruí*,
68 enfatizando a importância de tais estruturas como apoio ao desenvolvimento do setor pesqueiro. O
69 diagnóstico das condições de funcionamento de cada porto de desembarque pesqueiro, foi apresentada
70 por meio de um indicador, que variou de no mínimo 1 e no máximo 4, e que levou em consideração
71 parâmetros da infraestrutura, apoio aos atores envolvidos na atividade, economia, disponibilidade de
72 insumos necessários ao desenvolvimento da atividade pesqueira e atividades de manejo. O diagnóstico
73 apontou que todos os portos de desembarque do Lago de Tucuruí, estão em funcionamento, mas em
74 condições que variam de regular a péssimo. No momento da apresentação, foram ressaltados que os
75 parâmetros considerados para um porto “ótimo”, estão baseados na realidade da região do Lago de
76 Tucuruí. Diante do exposto, a presidente lembra a todos de que se trata de um reservatório artificial, cuja
77 responsabilidade deveria ser compartilhada entre ELN, Estado e Municípios, apesar disso, observa-se que a
78 realidade da pesca se encontra em situação de abandono, ficando a mercê dos esforços das colônias de
79 pesca, uma vez que todos os investimentos realizados nos portos de desembarque, até o presente
80 momento, foram realizados pelo setor da pesca. Sr. Antônio Nunes (CECOAT) endossa as palavras da
81 presidente, dizendo que o setor através de muita luta, vem buscando investimentos ao setor da pesca, e
82 solicita que os municípios, Estado e ELN, se unam em prol do setor que até o presente momento,
83 encontra-se abandonado. A presidente retoma a apresentação do Plano de Ações Ambientais, no
84 **PROGRAMAS DE PESCA E ICTIOFAUNA**, apresentando os objetivos e atividades do referido programa,
85 ressaltando ainda as mudanças ocorridas ao longo do processo, como é o caso da entrada do Plano de
86 Inserção Regional de Tucuruí – PIRTUC e no ano de 2010, a apresentação do Plano de Gestão Ambiental –
87 PGA, o que se observa, no entanto, é que as atividades propostas nos referidos planos não foram
88 implementadas em sua totalidade, não atingindo os objetivos propostos seja no PCA, PIRTUC ou no PGA,
89 apesar de muitas destas atividades não terem sido implementadas da mesma forma em que foram
90 suprimidas ao longo do processo, diante do exposto, se faz necessário que a SEMAS reveja tais programas e
91 solicite o cumprimento integral do programa de pesca e ictiofauna, uma vez que o mesmo atende um
92 percentual considerado da população residente no lago de Tucuruí, além de ser responsável pela economia
93 local como fonte de geração de emprego e renda. O Sr. Antônio Nunes (CECOAT), afirma que apesar do
94 setor da pesca ter sido o maior impactado com a implantação da UHE Tucuruí, até o presente momento, as
95 ações desenvolvidas por parte da ELN, foram meramente paliativas, enquanto isso o setor da pesca vem
96 sofrendo os impactos da falta de ordenamento e de infraestrutura, para tal solicita que os recursos da
97 compensação ambiental sejam executados, que os municípios assumam o seu papel e que a SEMAS cobre
98 que a ELN cumpra na íntegra os planos de mitigação dos impactos ambientais. A palavra é franqueada ao
99 Sr. Oneildo Monteiro (Colônia de Pescadores de Tucuruí), que se manifesta afirmando que apesar dos
100 planos apresentados pela ELN, todos sabem que o setor recebeu apenas algumas capacitações, porém tais
101 ações não vieram acompanhadas da infraestrutura necessária para que a atividade pudesse ter

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

102 continuidade, no que se refere aos portos de embarque e desembarque de pescado, conforme foi
103 apresentado pela equipe técnica do Ideflor-Bio, encontra-se em situação de precariedade e ressalta ainda
104 que tal realidade piora no período da seca, reconhece que as condições de vigilância sanitária são as piores
105 possíveis, e ainda ressalta que se a vigilância sanitária funcionasse de fato na região, certamente não teriam
106 nem pra quem comercializar o produto do pescador, tendo em vista as péssimas condições dos portos.
107 Outro ponto a ser destacado, é a falta de monitoramento e de estudos para se definir os pontos de
108 reprodução dos pescados, além de revisão na própria legislação. Afirma que a pesca predatória (arpão,
109 bomba, curral, etc.) está acabando com as matrizes e tais situações tendem a se agravar com a chegada da
110 hidrovia Araguaia-Tocantins. O Sr. Luiz Pereira dos Santos (Presidente Licenciado da Colônia de Pescadores
111 de Jacundá), o mesmo em sua manifestação destaca que esse momento deveria estar contando com a
112 presença dos gestores municipais, e afirma que o setor da pesca vem sendo esquecido ao longo dos anos, e
113 que com a chegada da hidrovia, essa realidade tende a se agravar, daí a importância desse momento. Sr.
114 Orivan Leão (SINPAATUR) se manifesta informando que os pescadores estão sendo obrigados a disputarem
115 espaço com os urubus nos portos de desembarque, que muitas vezes são obrigados a retirar o pescado do
116 bico dos urubus que estão atacando os paneiros no momento do desembarque, que as condições são de
117 abandono, não existindo sequer uma rampa de acesso. A palavra é franqueada ao Sr. Tacachi Hatanaka
118 (ELN), em sua manifestação ressalta que cabe a SEMAS acompanhar e cobrar o cumprimento dos planos e
119 condicionantes, já que a mesma é o órgão licenciador e fiscalizador. Os documentos apresentados pela
120 empresa demonstram que a ELN reconhece a sua responsabilidade, a mesma apresentou as propostas de
121 medidas mitigadoras, ressalta que esse é o momento propício para se rever as ações, uma vez atendidas
122 segue-se adiante e o que faltou ser atendido deve ser solicitado pelo órgão licenciador, o órgão fiscalizador
123 deve executar o seu papel, a ELN quer ser fiscalizada, pois assim a empresa tem força para cobrar dos
124 órgãos o apoio necessário para implantar as ações, e afirma que existem falhas de todos os lados da
125 SEMAS, da ELN, da comunidade de modo que, um cooperando com outro, possa se trazer resultados
126 almejados. O lago é o segundo maior empregador da região, a produção é de 3 a 4 milhões de quilos de
127 pescado, que rendem em média vinte milhões à região, ressalta-se a importância da união de todos. A Sra.
128 Ana Lúcia (RDS Alcobaça), afirma a importância de que cada um assuma a sua responsabilidade no
129 processo, e que se mostra cansada de esperar que as melhorias prometidas cheguem ao pescador, a
130 população clama por fiscalização, por políticas públicas e que as ações cheguem aos ribeirinhos. A
131 presidente se manifesta dizendo que o Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade
132 e o Ideflor-Bio, estão empenhados em fazer a revisão no processo de licenciamento, verificado item a item
133 das condicionantes, reconhece que esse momento é ímpar, uma vez que o processo da UHE Tucuruí foi
134 atípico, e que o empreendimento foi licenciado após já estar em funcionamento, mas esse é o momento de
135 unirmos forças e apresentarmos as demandas da região. O Sr. Cledemilton Araújo (PMJ/Câmara de
136 Vereadores de Jacundá), em sua explanação ressalta que o PIRTUC foi visto pela região como o “salvador”,

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

137 pois resgataria a dignidade do ribeirão, entretanto, até o presente momento, o “salvador” não chegou a
138 quê de direito, e reconhece que foram executados vários repasses financeiros as prefeituras, porém tais
139 repasses não foram ao PIRTUC planejado com a participação popular, que tinha como alvo atender o
140 ribeirão alagado, que tinha sua fonte de renda na natureza. O PIRTUC planejado na época necessita ser
141 iniciado em caráter de urgência e com a participação da sociedade. A Sra. Fábria Carraro (PMNR) afirma que
142 o município vem realizando ações de fiscalização, porém o mesmo encontra várias dificuldades, uma delas
143 é o efetivo policial, que no caso de Novo Repartimento, todo o efetivo policial está sendo investigado,
144 outro ponto é a logística necessária, o município já solicitou apoio da ELN e que não obteve resposta da
145 empresa, apesar de constar no PGA da ELN. No que se refere ao setor da pesca, cabe a SEMAS cobrar que a
146 ELN cumpra as condicionantes. Como encaminhamento, a presidente solicita a SEMAS que o Programa de
147 Pesca e Ictiofauna, sejam revistos de modo que as ações de ordenamento e infraestrutura, que estavam
148 previstas no passado possam ser de fato implementadas. A Sra. Celia Odete (SEMAS) se manifesta que esse
149 momento é importante, pois os problemas estão sendo evidenciados por quem conhece a realidade. Os
150 programas são os compromissos da empresa com o Estado e serviram para subsidiar as condicionantes, a
151 equipe quer saber nesta visita “in loco”, o que foi feito e o que ficou por fazer. A presidente lembra a todos,
152 que o Estado vem assumindo o seu papel, no que se refere à gestão da Região Administrativa Mosaico Lago
153 de Tucuruí, onde o Ideflor-Bio realizou de acordo com demanda deste conselho a aquisição dos
154 equipamentos para a fiscalização, a elaboração e a implementação do plano de ordenamento de pesca e
155 aquicultura do reservatório, e na elaboração do diagnóstico dos portos, estamos aguardando a licitação
156 para contratação do plano de manejo, porém o Ideflor-Bio tem suas limitações, vale ressaltar ainda que as
157 responsabilidades devem ser compartilhadas, pois antes de ser Unidade de Conservação, o lago de Tucuruí
158 é um reservatório artificial e que a legislação, através do Código Florestal, responsabilizar o empreendedor
159 por diversas ações, assim como a Lei Complementar 140, Constituição Federal, entre outras. Dando
160 sequência a reunião, é realizada a apresentação do **PROGRAMA DE LIMINOLOGIA E QUALIDADE DA ÁGUA**
161 este programa tem como objetivo garantir o monitoramento e a qualidade da água no lago de Tucuruí, o
162 programa prevê coleta e análise, porém nos próprios relatórios apresentados pela empresa, tem um
163 momento em que a coleta é realizada, entretanto as análises dos dados não estariam sendo realizadas. Em
164 paralelo desta informação, os relatórios apresentam os resultados como dentro dos padrões da legislação,
165 no entanto, de acordo com os relatos dos moradores principalmente da área da RDS Alcobaça e RDS
166 Pucuruí Ararão, os problemas ocasionados pela péssima qualidade da água, impossibilitando inclusive o
167 consumo – ressalta-se que esse acontecimento que antes era natural no período da seca – está ocorrendo
168 inclusive durante o período de cheia, considerando que a população ribeirinha depende dessa água para
169 consumo e realização das atividades rotineiras, fica a necessidade de se desenvolver um estudo para avaliar
170 esse fenômeno, uma vez que o risco de doenças é grande. O Sr. Antonio Nunes (CECOAT) relata que esse
171 reservatório recebe impactos diretos e indiretos, sejam da Vale do Rio Doce, dos esgotos, de

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

172 empreendimentos que estão situados ao longo do reservatório. A Sra. Ana Patricia (SEMAS) ressalta a
173 importância de se considerar os impactos que sejam ocasionados pela UHE Tucuruí e que os dados
174 apresentados pela empresa, até o presente momento, apontam que estão dentro dos parâmetros
175 permitidos pela legislação. O Sr. Oneildo Monteiro (Colônia de Pescadores de Tucuruí), solicita que sejam
176 realizados estudos para avaliar a qualidade da água para consumo, tendo em vista os diversos problemas
177 ocorridos entre os moradores. A Sra. Ana Patricia (SEMAS) informa que na visita técnica realizada pela
178 equipe da SEMAS, uma técnica da secretaria veio com os equipamentos que analisam a qualidade da água
179 e no geral os resultados estavam dentro dos parâmetros legais. Para confronto de informações, se faz
180 necessário que sejam realizados estudos por instituições especializadas, vale ressaltar que análise realizada
181 na época, não houve análises bióticas. Outro ponto que merece destaque, é que estes relatórios
182 apresentados pela ELN são assinados por um responsável técnico e caso fique comprovado que existem
183 irregularidades, o empreendedor é chamado e responsabilizado, mas até o momento, não existem dados
184 que possam subsidiar a informação aqui demandada pela comunidade. O Sr. Breno dos Reis Santos (PMNI)
185 questiona se os relatórios referentes ao atendimento das condicionantes são repassados ao conselho
186 gestor ou a qualquer outro órgão, a presidente informa que os referidos relatórios são encaminhados a
187 SEMAS que é o órgão licenciador e fiscalizador, o que não impede que qualquer outro interessado solicite
188 as informações, seja diretamente a ELN ou a SEMAS. A presidência ressalta a importância da manifestação
189 dos municípios e/ou sociedade civil, no sentido de garantir o acompanhamento efetivo desse processo,
190 lembra ainda as mudanças (legislações, políticas, equipe técnicas) ocorridas durante o processo de
191 licenciamento e inclusive o amadurecimento desse próprio conselho, que hoje tem um papel de suma
192 importância na revisão do processo de licenciamento da UHE Tucuruí, uma vez que está é a primeira vez
193 que o assunto vem ser discutido com a sociedade, sendo assim, estamos vivendo um momento de suma
194 importância, pois temos a oportunidade de nos manifestarmos diretamente a equipe técnica responsável
195 pela análise do referido processo, podendo a partir de agora corrigir os equívocos que por ventura tenham
196 ocorrido. O Sr. André Luis Fonseca Fontana (PMT) em sua manifestação pondera que desenvolvimento vem
197 acompanhado de impactos ambientais, os questionamentos são vistos com muita facilidade, uma vez que
198 se observarmos o cumprimento das condicionantes por parte da empresa, constataremos que várias delas
199 não foram cumpridas em sua integridade. E apesar das diversas tentativas por parte da SEMMA de Tucuruí
200 em tentar firmar parceria com a empresa para realização de fiscalização, por exemplo, a parceria nunca foi
201 concluída, e sugere que se cobre o cumprimento das condicionantes não atendidas e adiciona a questão do
202 saneamento básico aos municípios impactados. No que se refere ao PIRTUC, as ações foram em sua
203 maioria, voltadas a obras de infraestrutura, enquanto que na questão ambiental não conseguimos
204 identificar ações de fato, finaliza sua fala questionando se vale a pena “perder” nosso tempo discutindo as
205 mesmas coisas e solicita que a questão do saneamento seja contemplada no processo de licenciamento,
206 demanda esta que vem respaldada pelo prefeito de Tucuruí. A presidente faz a pausa para o 196 almoço às

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

207 12: 10 hrs. O retorno da reunião ocorre às 13:30 hrs., ao prosseguir com os trabalhos, a presidente retoma
208 a apresentação dos programas ambientais, e ressalta que quase todos os programas contam com um banco
209 de dados, mas que esses dados não são disponibilizados de modo a tornar-se públicos, o Sr. Tacachi
210 Hatanaka (ELN), informa que os dados ficam em um banco interno da empresa e são fornecidos quando
211 solicitados. O Sr. Ademar Ribeiro (APOVO) questiona o fato de que o único avaliador dos dados seja a
212 empresa interessada, ressalta a importância de se desenvolver análise técnica para confrontar os dados da
213 interessada. O Sr. Breno dos Reis Santos (PMNI) ressalta a importância de se tornar os dados públicos, pois
214 nos relatórios, os dados aparecem de forma sistematizada, não havendo garantias de que estes dados não
215 foram manipulados de acordo com o interesse da empresa, criando condições para que as informações
216 possam estar disponíveis. No **PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DO DEPLECIONAMENTO DO LAGO**
217 **DE TUCURUÍ**, esse programa foi tratado com mais ênfase durante o período do alteamento da cota do
218 reservatório, porém no ano de 2010, esse programa foi dado como encerrado ou concluído, e é muito
219 comum a formação de lagoas na área do município de Novo Repartimento e o assoreamento tanto em
220 montante quanto na jusante, para tal se solicita as ações desse programa sejam rediscutidas e retomadas.
221 O **PROGRAMA DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO** foi dado como encerrado ou concluído, apesar
222 do programa ter sido parcialmente atendido, é importante ressaltar que apesar de se tratar de unidade de
223 conservação, as responsabilidades devem ser compartilhadas, uma vez que o Código Florestal prevê ações
224 que são responsabilidades do empreendedor. Assim sendo, fica como encaminhamento a solicitação de
225 que o programa seja retomado, garantindo o plano de uso do entorno do reservatório do lago de Tucuruí,
226 uma vez que se trata de um empreendimento que foi licenciado anterior a 2001, deve seguir a legislação a
227 época. No **PROGRAMA DE ORDENAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DAS ILHAS** foi dado como encerrado
228 e/ou concluído, e entende-se que este programa não precisa ser revisto, tendo em vista que o plano de
229 manejo da unidade deverá contemplar a questão do ordenamento e ocupação das ilhas. O **PROGRAMA DE**
230 **RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS** foi constituído para recuperar áreas degradadas durante o período
231 das obras, este programa encontra-se contemplado, uma vez que quase todas as áreas foram devidamente
232 recuperadas. O Sr. Ademar Ribeiro (APOVO) questiona a praia da Matinha que foi afetada pelas obras das
233 eclusas, porém se entende que essa discussão deva ser avaliada, verificando se isso cabe ao
234 empreendimento da UHE Tucuruí ou das Eclusas. No que se refere ao **PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DO**
235 **BANCO DE GERMOPLASMA**, o trabalho desenvolvido pela empresa garante a coleta e a reprodução de
236 mudas e sementes, entende-se que o programa deva ser mantido. O **PROGRAMA DE UNIDADES DE**
237 **CONSERVAÇÃO**, no que se refere às ações desenvolvidas, estavam previstas as ações voltadas a criação das
238 Unidades de Conservação, Plano de Manejo das Unidades, entre outras. Em que se refere à criação das
239 Unidades, as ações foram atendidas, porém no PGA de 2010, as ações desse programa estão voltados
240 apenas as Base 3 e 4, a presidente lembra que se trata de um conjunto de unidades composto por uma APA
241 e duas RDS, assim sendo como as ações estão voltadas ao monitoramento e a fiscalização das ZPVS, até que

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURUÍ"

242 o plano de manejo seja concluído e defina a manutenção ou não das referidas zonas de proteção. No
243 **PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**, vale ressaltar que esse programa é de
244 fundamental importância e que apesar de reconhecermos que as ações devam ser integradas, tendo em
245 vista que essa é uma responsabilidade tanto do governo estadual, municipal e a empresa também deve
246 assumir o seu papel, uma vez que antes de ser unidade de conservação, se trata de um reservatório criado
247 pela ELN, assim sendo, temos que dividir as responsabilidades, para tal se solicita que as parcerias sejam
248 retomadas em caráter de urgência, e que o programa apresentado em 2010 seja revisto, de modo que as
249 ações possam ser implementadas de fato, ressaltando que essas ações foram apresentadas como medidas
250 mitigadoras pela própria empresa. No **PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DE MADEIRA SUBMERSA**, esse
251 programa não foi concluído devido a problemas em sua execução e com o de acordo da SEMA foi dado
252 como encerrado, porém a população vem sofrendo com a dificuldade de navegabilidade do reservatório,
253 principalmente no período de seca, assim sendo fica a solicitação que seja criados canais de acesso aos
254 principais pontos do reservatório, objetivando minimizar os riscos de acidentes que são muito comuns na
255 região. O **PROGRAMA DE SAÚDE**, foi criado e implementado no período do alteamento da cota do
256 reservatório e também foi dado como encerrado e/ou concluído, porém a retomada deste programa se faz
257 necessário tendo em vista os diversos problemas de saúde ocasionados principalmente pela qualidade da
258 água do reservatório, onde a região apresenta altos índices de doenças estomacais, bem como problemas
259 relacionados a pele. O **PROGRAMA INDÍGENA PARAKANÃ**, não será debatido em função de esse tema ser
260 específico a FUNAI. No **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, no que se refere a este programa, as
261 ações são desenvolvidas de acordo com o planejado, porém se observa que são ações que dificilmente
262 chegam a população atingida e são ações pontuais, em sua maioria são desenvolvidas apenas em Tucuruí,
263 não chegando a jusante e nem tão pouco aos ribeirinhos de montante, ressalta-se ainda que estas ações
264 devam ser integradas com o Estado e os municípios. O **PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO**, nunca foi
265 implementado de fato, as ações previstas deveriam chegar à comunidade e até onde se observa, as ações
266 de comunicação ficam centradas na própria empresa, não chegando aos verdadeiros interessados, sendo
267 assim, se solicita que o mesmo seja implementado o mais breve possível, sugere-se que seja criado um
268 sistema de comunicação via rádio. O **PROJETO IPIRÁ**, vale destacar que esse projeto nunca foi
269 implementado na íntegra, a empresa fez um povoamento emergencial, que em função da falta de
270 infraestrutura, de logística, etc, onde apesar do esforço dos cooperados e da própria ELN, a condicionante
271 não foi atendida. Informes extras os Srs. Cledeilton Araújo (PMJ) e Luís da Colônia (Colônia de Jacundá)
272 oficializam seu afastamento do conselho gestor da APA LAGO DE TUCURUÍ, em função do período eleitoral
273 e desde o dia 02 de junho estão participando como convidados e/ou ouvintes. A equipe técnica da SEMAS
274 agradece a participação de todos e a presidente dá como finalizada a reunião, desejando a todos um bom
275 retorno e agradecendo a presença e às 17:30hs, dá por finalizada a reunião. Eu, Gleiciane Félix dos Santos,

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA "MOSAICO DE TUCURÚÍ"**

276 redigi esta ata, que deverá ser aprovada na próxima reunião do conselho e referendada por lista de
277 presença em anexo.